



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos e acessórios para a Secretaria de Saúde, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, nos termos do Edital e seus anexos.

IMPUGNANTE: CASA HOSPITALAR IBIPORÃ LTDA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por **CASA HOSPITALAR IBIPORÃ LTDA**, CNPJ 10.769.989/0001-56, em face dos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2026.

A impugnante aduz a insuficiência técnica-descritiva do item 1 (Desfibrilador Externo Automático - DEA), cujas especificações teriam sido definidas genérica e superficialmente, na ausência de parâmetros essenciais acerca da faixa de medição, critérios de desempenho, segurança operacional e durabilidade do equipamento, em manifesto prejuízo à ampla competitividade e vantajosidade da contratação, sob pena de fornecimento de objeto de qualidade inferior e de confiabilidade operacional duvidosa. Diante de tais alegações, requer a retificação do descritivo, com a republicação do edital e reabertura do prazo legal.

Instada a se manifestar, a Seção de Assistência Médica – Secretaria de Saúde -, unidade demandante da contratação em epígrafe, assegurou a completude das especificações técnicas do item, nos termos a seguir:

[...]

Pois bem, a descrição do item 1 (Desfibrilador Externo Automático – DEA) do Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 06/2026, é a seguinte:

DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO BIFÁSICO PARA USO EM CASOS DE PARADA CARDÍACA (FIBRILAÇÃO VENTRICULAR E TAQUICARDIA VENTRICULAR), Orientado por voz em língua portuguesa (Brasil), Diagnóstico e aplicado ao tratamento por choque de forma automática e segura. Acionamento apenas de um botão de choque. Algoritmo: Diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e que impeça uso acidental. Orientação por voz e por indicadores luminosos. Bateria com vida útil, não inferior a 2 (dois) anos em modo de espera. Eletrodos com validade mínima de 2 (dois) anos. Em conformidade com as diretrizes da AHA (AMERICAN HEART ASSOCIATION) / ERC (CONSELHO EUROPEU DE RESSUSCITAÇÃO) e NORMA BRASILEIRA ABNT A IEC 60601-2-4,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

Classificação IP mínimo IPX4 ou superior. Registro vigente e aprovado na ANVISA. Garantia do desfibrilador (DEA) mínima de 5 (cinco) anos. Memória com capacidade de registro de eventos e/ou dados de ECG. Desfibrilação forma de onda: Exponencial truncada bifásica. Aplicação de choque por meio de pás/eletrodos adesivos multifuncionais. Painel (Ligar e desligar). Escalas para desfibrilação pré-definidas pelo fabricante. Seleção de paciente adulto / infantil por chave ou por botão, ou conforme tecnologia do fabricante. Comando de carga: Automático após identificar arritmias chocáveis. Painel com visualização, mensagem de orientação e status da bateria. Alimentação: Bivolt.

O termo de referência foi elaborado com base nos estudos técnicos preliminares e descreve de forma clara a especificação do DEA para atender as demandas do Tribunal. Os concorrentes deverão apresentar proposta de acordo com o descritivo no edital em conformidade com as diretrizes da AHA (AMERICAN HEART ASSOCIATION) / ERC (CONSELHO EUROPEU DE RESSUSCITAÇÃO), Registro vigente e aprovado na ANVISA, visto que tais requisitos asseguram nível máximo de segurança clínica e jurídica.

A conformidade simultânea garante que equipamento é clinicamente correto para salvar vidas, seguro contra falhas, e adequado às exigências legais brasileiras:

- Registro e certificação da ANVISA: RDC 549/2021 dispõe sobre os procedimentos para certificação compulsória dos equipamentos sobre regime de vigilância sanitária, garantindo segurança, qualidade e eficácia do aparelho.

- Diretrizes da AHA (AMERICAN HEART ASSOCIATION) / ERC (CONSELHO EUROPEU DE RESSUSCITAÇÃO): a adequação às diretrizes desses conselhos significa que o algoritmo foi programado com a ciência médica mais recente e eficaz para tratar paradas cardiorrespiratórias, como a indicação exata de joules, tempo de análise do ritmo e ritmo chocáveis.

E considerando o apontamento da impugnação, na alegação de que há: Vulnerabilidade Assistencial: A especificação básica não garante que o equipamento operará com a precisão exigida em momentos de crise. Isso transfere o risco diretamente para a ponta do serviço, podendo gerar desassistência à população e expor o ente público a demandas judiciais por falhas em equipamentos essenciais.

A descrição do item do edital consta destas necessidades de registro e certificação, gerando respaldo legal e confiabilidade na qualidade do equipamento.

A exigência de detalhamento excessivo poderia resultar em direcionamento de mercado, privilegiando marcas ou modelos específicos. Portanto, o descritivo estabelece parâmetros mínimos de desempenho e segurança, permitindo a participação de diversos fabricantes e modelos disponíveis no mercado.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

Diante do exposto, não se vislumbra qualquer impedimento de compreensão do que está sendo solicitado no edital e preserva a competitividade ao permitir que diferentes soluções atendam aos padrões de qualidade estipulados pelos órgãos reguladores. Nos termos da lei 14.133/2021, a administração deve definir especificações suficientes para garantir a qualidade da contratação sem impor exigências excessivas que restrinjam a competitividade.

É o relatório.

2. ADMISSIBILIDADE

2.1 – Tempestividade

O caput do art.164 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que “Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”.

No presente caso, a abertura das propostas foi designada para 02/06/2026, às 13h30, e a impugnação foi apresentada via correspondência eletrônica em 27/05/2026, sendo, portanto, tempestiva.

3. MÉRITO

A impugnação versa sobre a insuficiência técnica-descritiva do item I, constante do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 06/2026, de competência exclusiva da unidade técnica, a quem incumbe verificar, na fase de planejamento, as particularizações dos bens a serem contratados e eventuais exigências desnecessárias, irrelevantes ou desprovidas de critérios objetivos, que resultem em restrição à competitividade ou que direcionem a contratação de determinada empresa ou fornecedor.

À unidade técnica incumbe aferir as condições de mercado no qual se inserem os itens licitados para atestar a adequação das informações prestadas, por possuir conhecimento e afinidade com o objeto.

Considerando que o objeto da impugnação se trata de matéria de caráter eminentemente técnico, acolho a manifestação da área demandante acerca da definição precisa e suficiente do equipamento contido no item I, do Anexo I do instrumento convocatório, adotando-a como razões de decidir para manter a integridade do descritivo impugnado, que dispensa integrações,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

retificações ou esclarecimentos técnicos, bem como a abertura da sessão pública na data e hora previamente designadas - 02/06/2026 às 13h30.

4. CONCLUSÃO

Pelos motivos elencados, conheço da impugnação apresentada pela **CASA HOSPITALAR IBIPORÃ LTDA.**, por atender aos requisitos de admissibilidade e tempestividade; no mérito, nego-lhe provimento pelo acolhimento integral das razões técnicas manifestadas pela área demandante. Mantêm-se, assim, o inteiro teor do descritivo técnico do item I, do Anexo I do Edital, que dispensa integrações, retificações ou esclarecimentos, bem como a abertura da sessão pública na data e hora previamente designadas - 02/06/2026 às 13h30.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à Impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal, bem como no Sistema Compras.gov.br.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2026.

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira